

Cap. 8 Sobre a escravatura em Aristóteles (parte 2)

Ramiro Marques

Aristóteles dedica uma parte do livro I de A Política a justificar o pretendo carácter natural da escravatura (1). A justificação baseia-se na teoria teleológica e na lei natural: existe uma ordem e uma hierarquia no universo; cada objecto e cada ser tem uma função primordial e é tanto mais excelente (*areté*) quanto melhor desempenhar essa função. Essa hierarquia é um padrão universal e expressa-se nos binómios melhor/pior; homem/animal; homem/mulher; senhor/escravo; alma/corpo; racional/irracional. O escravo está para o seu senhor como a alma está para o corpo e faz sentido a sua existência porque o modo de vida grego seria impossível sem a escravatura e, nesse sentido, a escravatura é boa quer para o escravo quer para o senhor. É claro que Aristóteles não consegue ir muito além na explicação da tese da bondade da escravatura para o escravo; muito menos, no caso da escravatura convencional, em consequência da captura em cenário de guerra. Como é que Aristóteles, um pensador genial que fundou a Biologia e a Lógica, poderia dar-se por satisfeito na justificação encontrada? A única explicação possível para este paradoxo é afirmarmos que essa justificação é meramente ideológica. Aristóteles foi um optimista realista, um pragmático, um pensador político que considerava excelentes a cultura grega e o modo de vida grego, pelo que não podia considerar a hipótese de os "instrumentos animados" deixarem de ser o suporte da economia e, portanto, do modo de vida grego. Em consequência da sua teleologia, Aristóteles admitia como natural a existência de homens dotados para governar e homens destinados

a serem governados; os primeiros, dotados de capacidades racionais e deliberativas; os segundos, privados do uso do poder da razão, embora dotados da capacidade de compreensão. Estavam, neste caso, os escravos. De outra forma, faltar-lhes-ia o requisito fundamental para serem considerados homens. E Aristóteles não podia negar esse requisito aos escravos, sob pena de pôr em causa toda a sua ontologia.

Ao longo do texto (1255^a3-b15), ressalta o facto de Aristóteles não ter conseguido ser completamente convincente na apresentação da justificação da escravatura, sobretudo porque fica a ideia de que a escravatura pela força fica fora da sua explicação teleológica e não pode ser justificada à luz da lei natural. A não ser que se considere que a derrota numa guerra se deve, não a razões fortuitas ou particulares, relacionadas com a tática, o armamento e o número, mas a razões de racionalidade. Se isso fosse verdade, os derrotados mereciam a escravatura porque, afinal, mostraram não serem capazes de usar o poder deliberativo da parte racional da alma. A ser assim, estaríamos a confundir força superior com superioridade moral e a considerar que a justiça é a lei do mais forte.

As teses de Aristóteles sobre a escravatura tiveram uma enorme ressonância quinze séculos mais tarde, em consequência da redescoberta de *A Política* (2). Durante os Descobrimentos e a Colonização, foi usada por alguns ideólogos como justificação para a manutenção da escravatura. Importa, no entanto, ter presente que a escravatura, na Grécia Antiga, tinha contornos muito diferentes da escravatura posterior.

Notas

1) *A Política*, I, 1254^a17-1255^a3

2) A obra *A Política* foi muito pouco divulgada nos séculos posteriores à morte de Aristóteles, sendo desconhecida de quase todos os pensadores romanos. A sua redescoberta, no

século XIII, viria a influenciar a ciência política medieval. Reinou como obra incontestado até ao século XVII. A publicação do *Leviatã*, por Thomas Hobbes, marcou o seu declínio.